

---

### EMPRESAS BUSCAM TESES PARA PAGAR MENOS TRIBUTOS

Laura Ignacio - de São Paulo

Embora advogados não vejam ilegalidade na Lei nº 13.161, que revê a política de desoneração da folha de pagamentos, tributaristas afirmam que as empresas já procuram os escritórios de advocacia para buscar compensações pelo aumento da carga tributária instituído pela norma. Algumas discussões judiciais relacionadas à cobrança da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), antes não cogitadas por empresas conservadoras, passaram a despertar interesse.

Como a nova lei fala em "poderão" contribuir sobre o valor da receita bruta, tributaristas entendem que as empresas podem optar entre a CPRB ou recolher pela folha de pagamentos.

Fonte: Valor Econômico

---

### PLANEJAMENTO NÃO PRECISA SER INFORMADO EM DECLARAÇÃO

Laura Ignacio - de São Paulo

Apesar de constar na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) campos para preenchimento da declaração de planejamentos tributários, criada pela Medida

Provisória nº 685, a Receita Federal afirma que os contribuintes não precisam informar os dados este ano. Advogados e contabilistas tomaram um susto ao verem na ECF o registro "Declaração de Informações de Operações Relevantes" com campos como "geração de ativo fiscal diferido" e "valor da repercussão do tributo no planejamento tributário".

A ECF faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), que permite aos Fiscos ter acesso quase imediato aos dados contábeis e fiscais das empresas. Este ano é a primeira vez que a ECF substituirá a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). O prazo para envio do documento termina no próximo dia 30.

**Fonte:** Valor Econômico

---

## **PIS/COFINS DEVE SER DEBATIDO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, DIZ LÍDER DO PMDB**

O Senado Federal deve propor uma audiência pública para discutir todos os pontos da reforma do PIS/Cofins. A ideia de ampliar o debate antes da apresentação de um projeto definido foi revelada nesta quinta-feira (27) pelo líder do PMDB na Casa, Eunício Oliveira. (...).

A sugestão apresentada pelos parlamentares visa evitar que o governo apresente uma posição isolada na reforma do PIS/Cofins e acabe sofrendo derrotas na tramitação da proposta.

**Fonte:** O Tempo - Economia

---

## REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS DE FAZENDA QUEREM FUNDO DE ICMS NA CONSTITUIÇÃO

**Tiago Miranda**

Representantes de Secretarias de Fazenda estaduais defenderam, nesta segunda-feira (31), a garantia de uma reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com recursos para um fundo de auxílio financeiro previstos na Constituição e não em medida provisória, como sugerido pelo governo federal. (...).

A Medida Provisória (MP) 683/15 cria dois fundos para compensar os estados por futuras mudanças no ICMS. O Fundo de Auxílio Financeiro à Convergência de Alíquotas do ICMS (FAC-ICMS) vai diminuir perdas que os estados tiverem com o fim dos incentivos fiscais e a unificação das alíquotas do ICMS. Já o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura (FDRI) garantirá recursos para infraestrutura e desenvolvimento dos estados, papel hoje desempenhado pelos incentivos.

**Fonte:** Agência Câmara Notícias

---

## NOVAS 'MEDIDAS TRIBUTÁRIAS' DEVEM ARRECADAR R\$ 11,2 BILHÕES EM 2016

**Lucas Marchesini - Edna Simão - Eduardo Campos - Leandra Peres**

A previsão de Orçamento da União para 2016 conta com uma arrecadação extra de R\$ 11,2 bilhões decorrente de “novas medidas tributárias”, como disse o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. (...).

A esse valor se somam R\$ 37,3 bilhões que devem entrar nos cofres do governo a partir de operações com ativos e concessões. Dentre elas, o ministro Nelson Barbosa citou o leilão da folha de pagamento e melhorias na gestão da dívida ativa da União. Somente as concessões, especificou ele, devem render R\$ 10 bilhões.

**Fonte:** Valor Econômico

## COMISSÃO APROVA INCENTIVO TRIBUTÁRIO PARA A VITIVINICULTURA

**Luiz Gustavo Xavier**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou no último dia 26 projeto que propõe a desoneração de impostos para a indústria de vinhos de uvas frescas e os enriquecidos com álcool (PL 1881/15).

**Fonte:** Agência Câmara Notícias

Nota: Em caso de dúvidas, pedimos a gentileza de entrar em contato através do e-mail: [sicap@andap.org.br](mailto:sicap@andap.org.br), ou preenchendo o formulário de consulta em nossos sites: [www.andap.org.br](http://www.andap.org.br) ou [www.sicap-sp.org.br](http://www.sicap-sp.org.br)